

# "Nem Muros, Nem Cidade": O Espírito Utópico nas Academias Portuguesas

Maria Luísa Malato Borralho

---

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 277-287



# "Nem Muros, Nem Cidade": O Espírito Utópico nas Academias Portuguesas

Maria Luísa Malato Borralho

"Amando mais a doce liberdade  
Que falsos bens, grandezas aparentes,  
Eram todos iguais, independentes,  
Sem meu, nem teu, nem muros, nem cidade."

Catarina de Lencastre, *Poesias Escolhidas*, coi 5<sup>a</sup>

A Utopia existe desde o princípio do Mundo. No Paraíso dado e perdido, no primordial reino de Saturno. Mas também em todo o fim do Mundo, no final dos tempos, confundindo-se então com a eternidade. Mistura-se com a ordem perfeita do passado (num género como a écloga ou a elegia), do futuro (tanto na profecia como no determinismo científico), e também do presente (na "constituição" ou descrição do ser como dever-ser)<sup>1</sup>.

A Academia toma conta do tempo, de todos os tempos: estende-se tentacularmente, legitimando-se com argumentos do passado, do futuro e do presente. Mistura-se com ordem perfeita do passado (num género como a écloga ou a elegia), do futuro (na profecia como no determinismo científico), e também do presente (na "constituição" ou descrição do ser como dever-ser).

Pela intersecção do semelhante, a Academia é, talvez, sob a maior parte dos aspectos, uma doce Utopia.

## I. A Academia, novo jardim edénico

A primeira Academia, criada por Platão, por volta de 386 a. C, depois da sua viagem à Sicília, parece ter marcado todas as outras. Platão - discípulo de Sócrates - mas distante já do seu mestre a ponto de não se negar à escrita, é o filósofo que, saído da caverna, vê a luz. A sua luz. Mas porque a vê, tem a obrigação de regressar ao ponto de partida, Atenas, essa caverna onde os homens continuam a tomar as sombras por reais. Pensa no mestre, frequentador da agora, dos simpósios: sabe que os observadores podem ser traiçoeiros e que a última taça a erguer pode ser a de cicuta. Os jardins de Academos, onde disserta, não são a agora: ficam nos arredores da cidade. É preciso um esforço, mas é esse pequeno esforço de deslocação que distingue os observadores dos cúmplices. A amenidade do espaço aberto é a do caminho por fazer, em conjunto, com os que partilham as mesmas suspeitas e poucas certezas: o amor desinteressado à filosofia, a decifração do universo, numa terra fronteiriça - fala-se da *polis* mas não na *polis*. O pitagorismo, embora lateralmente,

---

<sup>1</sup> O texto que agora publicamos deriva, parcialmente, do da segunda parte da conferência "Espírito utópico e Academia" (III. A academia como utopia), apresentada no âmbito do projecto *Utopias literárias e pensamento utópico: a cultura portuguesa e a tradição intelectual do ocidente*, em 23 de Abril de 2002, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A conferência tornou-se, imperceptivelmente, uma longa tarde de espírito académico, com múltiplas ramificações, sendo esta uma delas. Aqui agradecemos as facilidades de publicação concedidas pela Professora Doutora Fátima Vieira, responsável, em grande parte, pelo dina-

parece estar presente em alguns discípulos de Platão e visa ainda descobrir a ordem que subjaz a todas as ideias estéticas, científicas ou morais. O sucessor de Platão, o seu sobrinho, Espeusipo defendia já que, na origem das coisas, estavam os números, e não as ideias.

A primeira academia da idade moderna, a Academia Florentina, tem muito de semelhante à primeira. Conta-se que Cosme de Médicis, em 1462, cerca de vinte anos depois de ter ouvido dissertar o filósofo grego Jorge Gemisto sobre os mistérios helénicos e a superioridade da filosofia de Platão sobre a de Aristóteles, confiou a Marcelo Ficino a fundação de uma academia, nos moldes enunciados por Platão. Para isso contribuiria a consulta e tradução dos manuscritos de Platão e Plotino que entretanto conseguira recolher, colocando à disposição dos neófitos uma propriedade dos Médicis em Careggi (e aqui temos novamente o jardim), nos arredores pouco buliçosos de Roma. Cosme era o novo Academos.

Apesar da Academia ter declinado logo após a morte de Ficino, em 1499, e de ter sido extinta, em 1522, depois de vários dos seus membros terem sido implicados numa conjura política contra o Cardeal Júlio de Médicis, a semente para as restantes academias estava lançada. Com uma idêntica lição para os intelectuais: o jardim é, ainda, e por vezes, um lugar fronteiriço. Fora da *polis* mas querendo influenciá-la, a academia está ainda sob a alçada do poder. Borboleteia à sua volta, correndo sempre o perigo de voluntária ou inadvertidamente lhe tocar.

Escreve António Ferreira a Sá de Miranda, tomando-o como símbolo dos académicos humanistas:

*Levantas sobre Reis e Emperadores, Ao som da  
lira doce, e grave, e branda, A humildade  
inocente dos Pastores. [...] Nem ao Rei, nem  
ao Povo lisongeiro, Nem odioso ao Rei, nem  
leve ao Povo, Nem contigo inconstante ou  
traíçoeiro....*

Bem frágil é tal lugar: o fio da navalha.

Internamente, a academia institui-se como modelo social, como perfeição esférica, não hierarquizada. Na academia, os mestres são, quando muito, os livros. Os homens que os procuram, esses, tornam-se membros fraternos, iguais entre si. Busca-se a unidade de todas as coisas, a forma que une as ideias, o mundo dos conceitos. O pitagorismo actualiza-se: na idade moderna, torna-se uma alquimia do mundo, pressupondo igualmente a inter-relação, não só simbólica como também racional, matemática, entre todas as partes constitutivas do universo, e entre o sujeito e o universo por ele manuseado. Não estamos, no entanto, perante sociedades científicas, no sentido em que hoje as podemos entender. Dentro do espírito platónico<sup>2</sup>, a perfeição moral sobrepunha-se, enquadrava todas as outras, incluindo a perfeição do conhecimento.

Quando o fenómeno do academismo chega a Portugal, já a academia, em Itália ou em muitos países da Europa, se encontrava em mutação: tornara-se, até pela abundância de membros, cada vez mais especializada. Surgiam as primeiras academias científicas, mais próximas do sentido actual do termo. As literárias ficavam, assim, quase só literárias. Apropria Academia Florentina tinha sido recuperada, em 1540, acentuando-se um pendor literário que os mecenas julgavam, sem dúvida, politicamente mais inócuo.

Talvez não tão inócuo, apesar de tudo. Pouco sabemos sobre os membros e actividades da Academia dos Singulares de 1628, a primeira academia portuguesa decalcada do molde italiano<sup>3</sup>. Teria até havido duas ou três com o mesmo nome, ao longo do século XVII. Mas, até em Portugal, e tão perto de uma corte que parece monopolizar a ribalta cultural, a academia parece querer definir-se como um espaço à parte. No prólogo que antecede o volume das composições duma Academia dos Singulares, publicado em 1692, os académicos orgulhavam-se aparentemente da

mismo e utopia do projecto.

<sup>2</sup> Galileu, Kepler, Newton e muitos outros, procuram ainda nos números a razão de todas as coisas. Cf. sobre as relações entre academismo e platonismo, um estudo basilar como o de Francês YATES, "Las academias italianas", in *Ensayos Reunidos II*, México, Fondo de Cultura Económica 1991.

<sup>3</sup> Cf. o testemunho de Francisco Manuel de Melo em *A Visita das Fontes e Apólogos Dialogais*, referido também no nosso estudo

diversidade social dos seus membros e da dignidade que o estudo lhes tinha conferido:

*Antes (ó Leytor) se deres lugar á cõsideração, acharás que os mayores engenhos apenas nascerão grandes com o estudo, & com o trabalho sefizerão máximos.*<sup>4</sup>

Mesmo uma academia como a dos Generosos (1647-1667), de pendor claramente mais aristocrático, coloca em discussão temas como "Porque merecem mais o título de generosos os indivíduos que constituem a Academia dos Generosos: pelo ilustre sangue que de seus progenitores herdaram, ou pelas ilustres virtudes em que sempre se exercitaram?"<sup>5</sup>

Qualquer que fosse a resposta, sempre se incentivava questionar os valores em que assentava uma sociedade tão perfeita quanto a académica. E também, por pertinência opositiva, aqueles em que assentava uma sociedade tão imperfeita como a não académica, a do mundo (lá fora).

## II. Os Estatutos, legislação da Utopia

Passar da existência real a esta existência ideal, utópica, é um processo de aprendizagem, com óbvios rituais de iniciação. É neste contexto que os estatutos académicos, nem sempre previamente estabelecidos ou sequer passados a papel, se tornam um interessante material de análise. Os Estatutos, como a Constituição (talvez até como a lei jurídica ou a lei científica em geral) têm em si os três tempos da utopia e da academia: o tempo do passado (que aparece como legitimador, como tese ou causa, geralmente em preâmbulo), o tempo do presente (que se confunde com o "ser" e a sua descrição), e o tempo do futuro (com mais evidentes marcas de utopemas), em que se conforma o "ser" a partir da sua perfeição ou totalidade: o "dever ser".

Fiquemo-nos pelo exemplo de um dos mais interessantes estatutos das nossas academias, a da Arcádia Lusitana<sup>6</sup>. Têm eles o interesse de, apesar de manterem o articulado legal, se aproximarem claramente do *récit*, da narrativa ficcional.

Com efeito, depois de elaborar algumas considerações sobre a viagem a e a academia-considerados, pelo autor, os dois modos mais proveitosos para aumentar o conhecimento -, o projecto desta academia lança-se na apresentação de uma alegoria, estabelecendo uma série de correspondências espaciais e funcionais. Tomando a nova academia o nome de Arcádia, chamar-se-ia *Monte Ménalo* ao local das suas conferências (na realidade, quase sempre, o Convento das Necessidades dos Oratorianos) e Pastores aos académicos. Esta alegoria domina o texto desde o primeiro capítulo, e o termo "capítulo" usado no próprio texto, é, sem dúvida, do ponto de vista da ficção utópica, mais interessante que os mais habituais "parágrafos", "títulos" ou "artigos".

*Chamar-se-á a esta nova academia -ARCÁDIA -eo lugar das suas conferencias o Monte Ménalo, bastantemente celebrado dasfrautas dos Pastores. Os seus alunos se fingirão de Arcades, e escolherá cada um nome e sobrenome de pastor adequado a esta ficção, para por ele ser conhecido e nomeado em todos os exercícius e funções da Arcádia.*

*Um meio braço pegando em um podão com a epígrafe -Inutilia truncat-será a empresa da Arcádia; por ser este o instrumento com que os agricultores cortam das árvores os ramos secos e viciosos.*<sup>7</sup>

A mudança de nome é, nos estatutos como no crisma, um ritual extremamente valorizado. Tal como um iniciado que pelo novo baptismo acede a uma vida nova e sem pecado, o académico deve associar o novo nome de pastor a uma cortesia e amabilidade social próprias do novo Éden. Perde os

sobre "Academias", in *Biblos*, Lisboa/ S. Paulo, Verbo, 1995, vol. I, max. col. 35.

<sup>4</sup> *Academias dos Singulares de Lisboa dedicadas a Apollo*. Primeira Parte., Lisboa, Off. Manoel Lopes Ferreyra, 1692, Prólogo.

<sup>5</sup> BGUC, Ms. 114, fl. 128.

<sup>6</sup> Servimo-nos da edição dos Estatutos que se encontra em apêndice à obra de Correia Garção, organizada e anotada por José António Saraiva (Correia GARÇÃO, *Obras Completas*, 2 vols., 2.ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1982, vol. II: Prosas e Teatro, pp. 231-247), tendo esta sido retirada segundo o editor da obra de Teófilo Braga, *A Arcádia Lusitana*. Corroborando a existência de utopemas nos estatutos de outras academias, cf. M. Luísa Malato Borralho, *O mito do legislador numa academia luso-espanhola*, in "Península Revista de Estudos Ibéricos", n.º 0, Porto, 2003, pp. 401-412.

<sup>7</sup> *Op. cit.*, Estatutos da Arcádia Lusitana, Capítulos I e II.

pergaminhos ou a vulgaridade do seu nome, como no crisma, para aparecer diante dos mais, despojado de outros bens que não sejam os do conhecimento. Exige-se uma escolha pessoal de nome e sobrenome, "adequado a esta ficção", para por ele ser conhecido e sem excepção nomeado, enquanto durassem os exercícios e funções da academia (Cap. I), para logo se não admitir, ...nas horas da Conferência, "argumento algum ou palavra picante, como também nos escritos" (Cap. IV). O mesmo capítulo IV estabelece "a instrução e o verdadeiro gosto da Poesia" como os fins últimos da Arcádia. Como base, todavia, não está a relação do Mestre com o Discípulo, mas "a união dos seus sócios", querendo, segundo o capítulo V, a Arcádia mostrar a igualdade e justiça com que procede com todos os seus pastores. Partindo deste pressuposto e daquele fim último, existem cinco longos capítulos que estabelecem as regras da crítica (decisões por maioria de votos, escrutínio das funções pela sorte, requesto de dois censores, justificação do voto, etc). Seguem-se-lhe outros quatro (do capítulo X ao XIV) que regulamentam a transparência das relações entre os académicos e a opacidade da comunicação com o exterior. Tal como na *Utopia* de Morus, a península facilmente se transforma numa ilha, pedindo-se sigilo sobre as decisões, impedindo-se a livre circulação dos documentos para lá do espaço académico, ritualizando-se o uso da divisa, exigindo-se a assiduidade. Paralelamente, o sócio pode exigir a todo o tempo, e com todo o direito, cópias, ou originais de documentos em apreciação, devendo sempre ser apresentadas em papel as composições poéticas ou as censuras. Quanto à língua, embora se incentive a portuguesa, deixa-se ao critério do árcaide a escolha entre o português, o latim, o francês, o italiano e o espanhol (a ordem é a dos estatutos), havendo sem dúvida aqui uma gradação valorizadora, que incentivava o contacto com o francês, a língua dos filósofos "iluminados").

Como na *Utopia* de Morus, a existência é benigna para quem aceita as regras:

*Poder-se-ão eleger para membros desta sociedade todos os sujeitos que parecerem capazes de a ilustrar (...), só se olhará para o mérito pessoal, sem atender a outras circunstâncias que costumam servir de reparo a alguns contemplativos que ignoram o preço e estimação que se deve à virtude.*<sup>8</sup>

Em contrapartida, é eliminado sem remissão todo aquele que infringir as regras, "não somente excluindo-o do número dos seus Árcades o que não [as] observar, mas até riscando dos seus livros todas as composições do Árcade".<sup>9</sup>

### III. Os poemas, profecias da Idade de Ouro

Ainda que o académico se defina pessoalmente como um discípulo, define com frequência o Poeta como um vate, um intermediário entre os deuses e os homens. Gosta de citar Homero, que dizia serem os Poetas semelhantes aos Deuses na voz, no *mythos*; ou Cícero, que os tinha como dádivas dos Deuses para nossa doutrina; ou Ovídio que os definia pelo furor divino. Apolo é o deus da Poesia e dos Oráculos. E o Poeta é, muitas vezes, singularmente, um profeta. Um profeta da nova Idade do Ouro.

*Queimando o véu dos séculos futuros O  
vate, aceso em divinais luzeiros, Assim  
cantou (e aos ecos pregoeiros Exaltaram,  
São, teus sacros muros).*

*"O Justo descerá dos astros puros Em  
deleitosos, cândidos chuveiros, As  
feras dormirão com os cordeiros,  
Soarão doce mel carvalhos duros;*

*A Virgem será mãe; vós dareis flores,  
Brenhas intonsas, em remotos dias;*

<sup>8</sup> *Md*, Cap.XV.

<sup>9</sup> *Ibid*, Cap.XX.

*Porás fim, torva guerra, a teus horrores."*

*Não, não sonhou o altíssimo Isaías;  
Oh Reis, ajoelhai, correi, Pastores!  
Eis a prole do Eterno, eis o Messias!*<sup>10</sup>

O símbolo, ao contrário do signo (que pode servir como resultado de uma relação convencional e imotivada), estabelece entre os sentidos e as coisas uma relação dita não necessária insubstituível: uma coisa pode ter um sentido, que é simultaneamente claro para o codificador e dissimulado para o leitor. A leitura da profecia (e da poesia) assenta, tal como a utopia, no conhecimento de uma totalidade. Mas, em princípio, não uma totalidade adquirida pela experiência ou pelo estudo: a possibilidade da profecia é invariavelmente legitimada pela revelação. Daí a necessidade de estar atento a sinais, a indícios, prenúncios. Estes revelaram sempre uma totalidade não humana, e por isso, dificilmente se poderá separar o sagrado do profano. "A Deus o que é de Deus e a César o que é de César" é um preceito difícil de interpretar quando o sagrado toma conta do profano: "voz do Povo, voz de Deus".

*Contentes correi, Pastores  
da Aldeia, E vinde adorar  
O Rei da Judeia. (...) Já  
foge do Mundo A  
calamidade, Principia  
agora Outra nova idade.  
Já não temerá O novo  
rebanho, Avistando o lobo  
Com tremor estranho. Os  
feros leões, Sempre  
carniceiros Andarão  
brincando Cos mansos  
cordeiros.*<sup>11</sup>

Em Portugal, mas também no resto do mundo, a profecia não é somente fruto de uma voz anónima e humilde. Mostra-se muitas vezes compatível quer com a formação erudita e científica quer com a poesia. O Sebastianismo ou a profecia de uma nova Idade do Ouro serve para justificar a Restauração da Coroa portuguesa em 1640. E tal ligação pode ser testemunhada, entre muitos outros textos, pela difusão das trovas de Bandarra ou como a *História do Futuro*, de um Re António Vieira<sup>12</sup>. Manuel Bocarro Francês, autor das proféticas *Anacephaleoses da Monarchia Lusitana* (Lisboa, António Alvares, 1624) ou da *Luz pequena lunar e estellifera da Monarchia Lusitana, explicação do primeiro Anacephaleoses impressa em Lisboa, 1624*, é um atento observador do movimento dos astros, discípulo de Kepler, amigo de Galileu, tido em toda a Europa por homem sábio, devendo à sua erudição o título de Conde Palatino, que lhe foi dado pelo Imperador da Áustria<sup>13</sup>. O despotismo do Marquês de Pombal, ele próprio Sebastião (de Carvalho e Melo), constrói frequentemente, - sobretudo na iconografia e no urbanismo mas também em textos do regime, como a *Dedução Chronologica* - uma estratégia argumentativa de raiz utópica, como sejam a Idade de Ouro ou as Luzes<sup>14</sup>.

A guerra da independência dos Estados Unidos é frequentemente, de uma maneira mais ou menos

<sup>10</sup> Bocage, *Obras de...*, Porto, Lello & Irmão, s.d., p. 371, "Aludindo à Profecia de Isaías nos capítulos VII e XI, etc".

<sup>11</sup> Domingos dos Reis Quita, *Obras Poéticas*, Lx., Typ. Rollandiana, 1781, l.1, "Écloga III", pp. 58-60.

<sup>12</sup> Cf., *passim*, 2L valiosa e documentadíssima obra de João F. Marques - *Aparentética portuguesa e a Restauração, 1640-1668*, pref. Jean-Delumeau, Porto, JNIC/C.H.U.R., 1989, e mais especificamente, *A Utopia do Quinto Império nos pregadores da Restauração*, in "Roma, Lisbonna, Brasília - Antichità e Futuro...", Roma, 1988, pp. 49-84.

<sup>13</sup> Sobre a obra científica de Manuel Bocarro, vide o *Diccionario Bibliographico*, vol. V, pp. 377-378, e o estudo de António Alberto de ANDRADE, *Antes de Vermei nascer...*, Sep. "Brotéria. Revista Contemporânea de cultura", Abril, 1943, max. pp. 368-369. Cf.

velada<sup>15</sup>, pretexto para uma exaltação dos valores da Razão, da liberdade, da Nova Idade, misturando-se, naquela "terra prometida", a independência do antigo colono com a inocência dos bons selvagens. Mais tarde, nos anos que se seguem à partida da Rainha e do Príncipe Regente D. João para o Brasil, aparecem estranhos ovos, com vivas a El-Rei D. Sebastião, e pequenos terramotos, sementes de Utopia:

Em Mafra, um almoxarife vai escrevendo no seu diário:

*Março 9. Apareceu em Lisboa um ovo q. tinha vizivelmente as letras V.D.S.R.E e fazendo-se experiência, não se pôde igualar. Correo isto mas não creio. Abril 6. Nomeou-se Junot duque de Abrantes. Tremeo a terra levemente.*<sup>16</sup>

Encontrámos também um soneto que faz referência ao mesmo ovo, ou a outro muito semelhante. E o seu autor ironicamente comenta:

*Tem cada letra hum ponto, e quem diria,  
Que até huma galinha, e pelo rabo Deita  
sem se sentir Ortografia.*<sup>17</sup>

Ao longo da segunda década do século XIX, continuando o rei no Brasil, poetas e políticos como Moniz Pato defendem abertamente o sebastianismo como estratégia argumentativa das ideias liberais<sup>18</sup>. Ao longo do século XIX, o iberismo de algumas propostas políticas não se apresenta de forma nenhuma isento de utopemas<sup>19</sup>. O mesmo acontecendo, afinal, com o Liberalismo, definido por Herculano como "a filha primogénita do Evangelho"<sup>20</sup>.

Perante o determinismo da história, o ponto de vista do historiador não se diferencia muito do do profeta, aquele que analisa os indícios e lê os sinais.

Aos que, folheando tais documentos, duvidarem do seu conteúdo utópico, esperará, aliás, um título surpreendente: o da *Colecção de Vaticínios com o Discurso do Anónimo Utopiense que trata da Filosofia do Encuberto, ou da izistencia futura do Quinto Império, e seu primeiro fundador El Rei D. Sebastião vulgarmente conhecido com o nome de Encuberto. Accrescentada com algumas notas ou addicoens e enterpretaçoens de vários Vaticínios, em que se calcula a sua vinda próxima*, Braga, Anno de

<sup>15</sup> "Profecias do Dr. Buccarro Francês...", em *Miscelânea*, Ms. 612/n.º 626, da BPMP.

<sup>16</sup> O terramoto, por exemplo, é assunto tanto de muitos textos proféticos como de textos "iluministas". Em ambos se torna pretexto para a utopia. Nos sermões de Malagrida, nos textos da *Dedução*, no célebre poema de Voltaire sobre o terramoto, ou no quase desconhecido texto de Fr. António de S. JOZE (*Discurso moral sobre os temores que causou o terramoto na gente de Lisboa...*, Lisboa, Off. Joseph da Costa Coimbra, 1756), nas reflexões do P. e Teodoro de Almeida, nas do herético Cavaleiro de Oliveira ou nas quadras da literatura de cordel (Eduardo Mayone Dias, "O Terramoto de 1755 numa colectânea de literatura de cordel" in AA. W. - *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, coord. M. Helena Carvalho dos Santos, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1984, vol. II, p. 177 ss.), sucedem-se as tentativas de interpretação providencial do acontecimento, anunciando o Armagedão ou a nova idade dourada. Isto é, mesmo venerando a Razão, todas vivem de uma ordem cósmica que é moral e não puramente científica. Mais "científica", mas talvez menos "iluminista", nos parece ser aquela observação de Gil Vicente que, no século XVI, via o terramoto de 1531 como um "curso natural"...

<sup>17</sup> A este propósito, é imprescindível a leitura do estudo de Luís A De Oliveira RAMOS - "Repercussões em Portugal da Independência dos Estados Unidos", in *Da Ilustração ao Liberalismo. Temas Históricos*, Porto, Lello & Irmão, 1979, p. 55 ss., max., pp. 75-76 e 79, com dados económicos, sociais e culturais que comprovam a ambiguidade conotativa de tal assunto em Portugal, velho aliado de Inglaterra.

<sup>18</sup> Para todos é óbvio como as iniciais se lêem: "Viva D. Sebastião, Rei de Portugal". Sobre este ovo sebastianista, rom. Ms. de Eusébio Gomes, citado por Raul BRANDÃO — *El-Rei Junot*, Coimbra, Atlântida Editora, 1974, pp. 170-171.

<sup>19</sup> *Collecção de Poesias*, Ms. 1:520 da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

<sup>20</sup> Sobre o Sebastianismo no Brasil, a sua relação com movimentos de revolta e os traços que deixou na Literatura popular, Albert-Alain BOURDON - *Messianisme sébastianiste et messianisme révolutionnaire au Brésil: le mouvement de la Pedra Bonita dans l'histoire de la littérature du Nordeste*, s.L., s.n., 1979.

<sup>21</sup> Cf. Maria da Conceição Coelho Meireles PEREIRA - *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*, dissertação em História apresentada à FLUP, Porto, 1995.

<sup>22</sup> *Opúsculos*, III, citado e analisado por Luis A. de Oliveira RAMOS - "Herculano, o liberalismo, a Democracia e o Socialismo", in *Da Ilustração ao Liberalismo. Temas Históricos*, Porto, Lello & Irmão, 1979, max., p. 189.

<sup>23</sup> ADB/U.M., Ms. 597, sublinhado nosso.

1828<sup>21</sup>. Nem sempre se vêem tão claramente próximas a Utopia e a Profecia, a Filosofia e o Cálculo.

#### IV. Os Poetas, pegureiros de Eternidade

As insígnias (ou empresas) das Academias valem muitas vezes por mil palavras. A da Academia dos Singulares (com a representação do sol e das pirâmides de autores canónicos) é, por si só, um programa doutrinário sintomaticamente dominado por um verso de Horácio: *Solaque non possunt haec monumenta mori*<sup>22</sup>

É importante para o espírito utópico da academia a crença na imortalidade da Poesia. A Imortalidade é naturalmente a Fama. Mas é sobretudo o desejo utópico de vencer a morte, o tempo, a História e tudo o que ela esquece ou corrompe. O Templo da Fama ou da Virtude, ou da Memória, são motivos recorrentes dos poetas arcádicos que reconstróem neles um espaço sagrado, inviolável e inacessível. Situam-no frequentemente numa ilha, a de Gnido, mas somente porque assim fazem referência a uma utopia: o da ilha de Vénus, o da ilha do Amor (ou dos Amores).

João da Costa Cáceres, em 1663, começa em uma das sessões académicas precisamente com uma alegoria utópica, a do "Palácio Delphico". O poeta, desiludido com a sua pátria, ter-se-ia afastado dos seus e, tomado por peregrino, depois de noite longa e tormentosa, vem a descobrir um luminoso palácio, o de Apoio. Acolhe-o uma donzela, a Matemática, e cada sala que visita é um preceito de iniciação: na sala seguinte, de não inferior ornato, encontra nova Donzela, a Filosofia. É a que precede a sala do trono, onde encontra Apoio e as musas:

*[Os Poetas] Hão de ter unida ao génio a sciencia da Mathematica, forçosamente necessária para a Poesia, pois hão de ser os versos ponderosos e medidos (...). Hão de ser peritos na Filosofia natural para com acerto discorrerem na entidade das cousas, & igualmente na moral C..*<sup>23</sup>

Só através deste acesso à totalidade se terá acesso a um mundo perfeito, somente conhecido dos heróis e dos deuses: uma Idade do Ouro em que as palavras deixam de ter um significado dissimulado e a aparência das coisas coincide com a sua essência. O *locus amoenus* que o Poeta descreve nem sempre é o da serenidade da natureza, mas é quase sempre o da serenidade do Filósofo que compreende os ritmos das estações do ano, e sabe que a cada Inverno se seguirá uma Primavera. O presente remete para um Paraíso Perdido e, de certo modo, para uma Eternidade emanente:

*Quanto feliz não foi aquela idade, Em  
que os primeiros homens inocentes Viviam  
satisfeitos e contentes, Entre os braços da  
paz e da amizade!*

*Amando mais a doce liberdade  
Que falsos bens, grandezas aparentes,  
Eram todos iguais, independentes,  
Sem meu, nem teu, nem muros, nem cidade.*<sup>24</sup>

O Poeta torna-se por isso um Filósofo, que observa e compreende o mundo com o olhar. O Pastor encontra-se próximo da Natureza e, ainda mais do que o Agricultor (que planta, colhe, poda, enxerta<sup>25</sup>), molda-se passivamente a ela, deixando que ela siga o seu curso. Guia e protege o rebanho,

<sup>21</sup> O Presidente da Academia, o P.e João Ayres de Moraes, relacionará a academia com Sócrates e com os versos horacianos na oração de abertura da segunda sessão, a 4 de Novembro de 1663 (*Academia dos Singulares*, p. 20). A oração terceira, de Luís Bulhão remete directamente para a academia de Platão, concluindo que através da academia se intensifica o estudo e se adquire a consequente fama e imortalidade (*Ibidem*, p. 34).

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp. 47-52.

<sup>23</sup> Catarina de LENCASTRE, Collecção 5.<sup>a</sup> / das/ Poesias escolhidas/ da / Ex.ma Viscondessa/ de / Balsemão D. Catherina/ Pelo /Rev.do P.e Joze António/ Gaspar da Silva/ Capelão iudelissimo da mesma Senhora, Ms., s.l.s.d., p. 51, documento transcrito na edição crítica, vol. II, do nosso estudo, M. Luísa Malato R. BORRALHO - D. Catarina de Lencastre (1749-1824), dissertação de doutoramento em literatura Comparada, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999, tomo II.

mas deixa-o frequentemente em liberdade para que a natureza cumpra os seus ritmos. É sábio, porque observa e não age. Tomando como modelo as élogas de Virgílio, a Academia torna-se uma representação da Arcádia, em que os académicos, perante a natureza e a sociedade, são pastores (porque fisicamente ociosos e mentalmente activos), exercitando-se naquela poesia primordial que era a bucólica. Que cantariam os primeiros homens?

*Cantariam pois os seus rebanhos, os montes e os vales em que os apascentavam, os rios e fontes a que os levavam a beber, a alva e serena madrugada que os chamava ao trabalho, a sesta que os convidava ao descanso, e os rafeiros que lhes guardavam o gado. Cantariam, como era natural, as paixões e afectos da sua alma; porém não afectos violentos e desesperados, que não eram próprios daquela vida, mas doces e suaves, e que só lhe causavam aquela inquietação e desassossego a que se não pudesse seguir fim algum funesto.*<sup>26</sup>

Por vezes, para o Poeta das academias, essa Idade de Ouro (feita de serenidade e conhecimento da natureza das coisas) encontra-se (de uma forma elegíaca) num passado remoto, mítico, coincidente por vezes com a imagem que guarda da Antiguidade greco-latina. Nem sempre, porém a vamos encontrar aí. Por vezes projecta essa Idade de Ouro no futuro, encontrando, no Mecenas ou no Rei, um Pastor arcádico. Esta relação (que se encontrava já nos versos de Virgílio e Horácio associadas à figura de Augusto ou às profecias da época de um "rex a coelo"<sup>27</sup>) corresponderá, sobretudo ao longo do século XVIII, à imagem de um monarca iluminado: sábio nas suas decisões, simultaneamente enérgico na defesa do seu rebanho (os súbditos), e um observador da sua natural liberdade.

Sob certos aspectos do simbólico, o Agricultor está para o Pastor como o Filósofo para o Político. Na poesia arcádica, a presença da agricultura (proximidade e reciprocidade da Natureza) serve igualmente para valorizar a acção política não despótica mas que deriva de uma reciprocidade entre rei e súbditos. Mas o Rei é por vezes denominado o Bom Pastor, expressão suficientemente ambígua para remeter ao mesmo tempo para a Arcádia da Antiguidade clássica, para o Messias da religião cristã, para um projecto político, em que o Rei toma papel menos activo, limitando-se a guardar o que a natureza vai governando, e até para um possível sinal maçónico<sup>28</sup>.

Mesmo quando sonhada por poetas, a descrição de um Paraíso Perdido não é uma remissão para o passado, mas um recado para o presente e um desejo para o futuro. Dirá, ainda que paradoxalmente, o poeta e académico Castilho:

*A Idade de Ouro não está no passado, como a sonharam os poetas, mas no porvir, e bem próxima se o quisermos. Não há-de baixarão Céu, como deuses, mas há-de rebentar da terra com frutos e crianças, quando os homens se encurvarem para a invocar.*<sup>29</sup>

A dimensão utópica da Academia está, pois, (como a utopia) bem longe de ser inócua. É uma ousadia de que o poeta tem consciência. A propósito do timbre de uma Academia dos Unidos, talvez situada em Valença, José Anastácio da Cunha começará os seus versos parafraseando Horácio:

<sup>26</sup> Na ilha da Utopia, de Tomás More, o único ofício a que nenhum utopiano se pode furtar, independentemente do sexo e da condição, é a agricultura. *Ofortunatos nimum, sua si bona norint, agrícolas!*, dirá Virgílio (*Georgicon*, II, 458-492, 538-540). Tal como Horácio, no Épodo II (*Beatus Me qui procul negotiis, / ut prisca gens mortalium/paterna rura bobus exercei suis, / solutus omnifere*), ou a tradução de Pope (*Happy the man, whose wish and care/Afew paternal acres bound*), tantas vezes lidos e reformulados pelos poetas arcádicos. A tudo isto não serão estranhas as políticas fisiocráticas das Academias, desde logo da Academia das Ciências, de Lisboa, mas sobretudo das instituições criadas à imagem das Reales Sociedades Económicas de Amigos dei País, em Espanha (como a Sociedade Económica de Amigos do Bem Público, de Ponte de Lima (1779) ou a Academia Tubuciana, em Abrantes (1802)). Sobre o assunto, veja-se Gérard DUFOUR, *Utopie et Illustración: El Evangelio en triunfo de Pablo de Olavide*, in "Les Utopies dans le monde hispanique. Colloque franco-espagnol", Madrid, Casa Velázquez/ Universidad Complutense, 1990, p. 73 ss..

<sup>27</sup> Joaquim de FOYOS, *Memória sobre a Poesia Bucólica dos Poetas Portugueses*, in "Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, Typ. Da Academia, 1797, tomo I (desde 1780 até 1788), p. 391.

<sup>28</sup> Cf., para além dos estudos sobre a obra daqueles autores, Julius EVOLA, *O Mistério do Graal*, trad. M. Luísa Rodrigues de Freitas, Lisboa, Vega, 1978, max. P 65 ss..

<sup>29</sup> Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, si. Ed. Delta, 1986, "Bom Pastor".

<sup>30</sup> António Feliciano de Castilho, *Felicidade pela Agricultura*, pref. Cecília Barreira, si, Europress, 1987, p. 40.

*Fuja daqui, fuja o profano  
 Vulgo odioso:  
 Fuja, não haja algum insano  
 Ou orgulhoso  
 Que o som da sacra trompa  
 E a cerimonial pompa  
 Das Musas interrompa  
 E o místico silêncio e augusto rompa.*

Mas depressa se deixará conduzir pelo entusiasmo da Utopia, e mudará de tom. Fala não já para os presentes, mas para um imaginário, que é também Portugal:

*No mesmo tempo a voz harmoniosa Do  
 Espírito estou ouvindo: - "Ó três e quatro vezes  
 venturosa, A Terral" - diz sorrindo: "Já  
 depõem para sempre a fúria brava; Já de  
 coluna serve à Paz a Guerra; Já do sangue  
 dos homens as mãos lava; Já pode respirar  
 tranquila a Terra; Já da União o espírito os  
 homens guia; Já nova ordem de coisas  
 principia. Sem Pastor as Ovelhas, sem Rafeiro,  
 Pastam juntas c' o Lobo carniceiro; Tornam-se  
 em cera do Leão os dentes; As pontas caem da  
 cabeça ao Toiro; O tenro Infante brinca com as  
 Serpentes. (...) Correi, correi, felizes séculos de  
 oiro! Novas terras descobre, novos mares,  
 Outro Gama, outra vez em singulares Proezas,  
 resplandece a glória lusa E reverdece o seu  
 eterno loiro.*

Perante as inverosimilhanças, os paradoxos, as impossibilidades, a Utopia termina, porque é incompatível com a consciência da Utopia.

*Correi, correi felizes!..." Mas, ó Musa,  
 Onde me leva arrebatado  
 Teu voo loucamente remontado?  
 A débil lira desconhece  
 Um som tão alto e desusado:  
 As práticas dos Deuses e o sagrado  
 Empíreo não profanes, deixa o canto!  
 Não pode... -Ah!, desce, desce!  
 Não pode a Lira tanto!<sup>30</sup>*

Pesará quase sempre, à Utopia e à Academia, o lugar que verdadeiramente lá não está: não o insólito mas o conhecido, não o ideal, ou o ficcional, mas o real. Não o que nos une enquanto pastores académicos, mas o que nos vai oprimindo e dividindo.

<sup>30</sup> José Anastácio da CUNHA, *Obra Literária. Volume I. Poesia (com inéditos do autor)*, ed. Maria Luísa Malato Borralho e Cristina Alexandra de Marinho, Porto, Campo das Letras, 2001, pp. 131-136.